Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

1º SIMULADO DELEGADO DA PC PR

PROVA OBJETIVA

Simulado Especial

1º Simulado PC-PR

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do PC-PR;

*2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.*

8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-PC-PR-20-10

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	076 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	077 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	078 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	079 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	080 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	081 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	082 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	083 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	084 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	085 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	61 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	086 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	62 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	087 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	63 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	088 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	64 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	089 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	65 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	090 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	66 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	091 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	67 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	092 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	68 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	093 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	69 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	094 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	70 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	095 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	71 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	096 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	72 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	097 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	73 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	098 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	74 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	099 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	75 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	100 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

LINGUA PORTUGUESA

Hostil mundo novo

Você já passou por isso. Nas últimas semanas, tenho sido torturado por computadores que ligam e desligam sozinhos, mouses travados, "reiniciações" lentas e outras deliciosas avarias. Ligo para o técnico e ele me instrui a ligar e desligar este ou aquele botão da torre, "usar o aplicativo" ou ficar de quatro, meter-me debaixo da mesa e desplugar tudo da parede, esperar cinco minutos e plugar de novo. Naturalmente, não dá certo.

Nem pode dar. Em jovem, sobrevivi aos zeros em matemática, física, estatística e outras ciências do diabo, e me concentrei apenas no que me interessava: português, história e línguas. Desde então, passei a vida profissional a bordo de um único veículo – a palavra. Com ela, tenho me virado em jornais, revistas, editoras de livros, rádios, TVs, auditórios, salas de aula e outros cenários onde a palavra seja chamada a dirimir dúvidas ou dinamitar certezas.

De repente, várias eras geológicas depois, em idade de não querer aprender mais nada, a tecnologia exige que eu me torne engenheiro eletrônico.

Cada vez mais funções dispensam o papel, a ida pessoal ao banco ou a conversa "presencial". Para reinstalar a internet no computador, tenho de ligar um cabo enfiado na televisão. Desbloquear um cartão de crédito exige saber extrair uma raiz quadrada. A vida agora é online e cabe no bolso, mas, diante daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo se digitar algo errado.

A tecnologia tornou o mundo hostil para os que não conseguem acompanhá-la. É verdade que ela não pode parar por causa de meia dúzia de macróbios incapazes de se atualizar. Acontece que, nós, os macróbios, não somos meia dúzia. Somos milhões e, graças à ciência e a nós mesmos, estamos ameaçados de viver até os cem anos. Pois, se for para chegar lá, que seja para continuar usando algo mais nobre do que apenas os polegares.

(Ruy Castro. Folha de S. Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/ 2018/10/ hostil-mundo-novo.shtml. Publicado em 28.10.2018)

01. Infere-se do texto que o mundo novo é hostil com:

a) os macróbios incapazes de se atualizar.

b) os jovens que só usam a internet.

c) o autor, o qual é iletrado.

d) os leitores, os quais não entendem os textos.

e) aqueles que só usam os polegares.

02. A crônica utiliza uma linguagem de proximidade com o leitor. Marque a alternativa que apresenta trecho que confirma tal assertiva:

a) "Você já passou por isso." (1º parágrafo)

b) "Nas últimas semanas, tenho sido torturado por computadores que ligam e desligam sozinhos, mouses travados, "reiniciações" lentas e outras deliciosas avarias." (1º parágrafo)

c) "Pois, se for para chegar lá, que seja para continuar usando algo mais nobre do que apenas os polegares." (5º parágrafo)

d) "Somos milhões e, graças à ciência e a nós mesmos, estamos ameaçados de viver até os cem anos." (5º parágrafo)

e) "A tecnologia tornou o mundo hostil para os que não conseguem acompanhá-la." (5º parágrafo)

03. Marque a alternativa em que a palavra grifada apresenta valor anafórico, ou seja, retoma palavra anterior no texto:

a) "Você já passou por <u>isso</u>." (1º parágrafo)

b) "Ligo para o técnico e ele me instrui a ligar e desligar <u>este</u> ou <u>aquele</u> botão da torre." (1º parágrafo)

c) "<u>Desde então</u>, passei a vida profissional a bordo de um único veículo – a palavra." (2º parágrafo)

d) "A tecnologia tornou o mundo hostil para <u>os</u> que não conseguem acompanhá-la." (5º parágrafo)

e) "É verdade <u>que</u> ela não pode parar por causa de meia dúzia de macróbios incapazes de se atualizar." (5º parágrafo)

04. "A vida agora é online e cabe no bolso, mas, diante daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-**<u>se</u>** perder tudo **<u>se</u>** digitar algo errado." (4º parágrafo)

As palavras em destaque são, respectivamente,

a) índice de indeterminação do sujeito e pronome apassivador.

b) pronome apassivador e pronome reflexivo.

c) pronome reflexivo e conjunção causal.

d) pronome apassivador e conjunção condicional.

e) pronome reflexivo e conjunção concessiva.

05. Julgue as afirmações abaixo e marque a alternativa correta.

I – A conjunção "e", em "e me concentrei apenas no que me interessava" (2º parágrafo) está precedida de vírgula por motivo de clareza, mas, sintaticamente, tal vírgula pode ser dispensada.

II – Os dois-pontos em "no que me interessava: português, história e línguas" (2º parágrafo) sinalizam um resumo do que foi afirmado anteriormente.

III – A inserção de uma vírgula após "Cada vez mais" (4º parágrafo) mantém a correção gramatical e desfaz uma possível ambiguidade.

a) Todas as afirmações estão corretas.

b) Somente a afirmação II está correta.

c) Somente as afirmações II e III estão corretas.

d) Somente as afirmações I e III estão corretas.

e) Somente a afirmação III está correta.

06. Marque a alternativa em que o verbo ou locução verbal em destaque transmite uma noção de continuidade no texto.

a) "Nas últimas semanas, tenho sido torturado por computadores que ligam e desligam sozinhos, mouses travados, "reiniciações" lentas e outras deliciosas avarias." (1º parágrafo)

b) "Em jovem, sobrevivi aos zeros em matemática, física, estatística e outras ciências do diabo, e me concentrei apenas no que me interessava: português, história e línguas." (2º parágrafo)

c) "Desde então, passei a vida profissional a bordo de um único veículo – a palavra." (2º parágrafo)

d) "De repente, várias eras geológicas depois, em idade de não querer aprender mais nada, a tecnologia exige que eu me torne engenheiro eletrônico." (3º parágrafo)

e) "Para reinstalar a internet no computador, tenho de ligar um cabo enfiado na televisão." (4º parágrafo)

07. Marque a alternativa em que o período sintático "A vida agora é online e cabe no bolso, mas, diante daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo se digitar algo errado." (4º parágrafo) está reescrito com pontuação correta:

a) A vida agora é online, e cabe no bolso, mas diante daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo se digitar algo errado.

b) A vida agora é online e cabe no bolso, mas diante, daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo se digitar algo errado.

c) A vida agora é online e cabe no bolso; mas, diante daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo, se digitar algo errado.

d) A vida agora é online e cabe no bolso. Mas, diante daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo; se digitar algo errado.

e) A vida agora é online e cabe no bolso; mas, diante daquele inferno, de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo: se digitar algo errado.

08. Julgue as afirmações e marque a alternativa correta sobre o período abaixo:

"Acontece que, nós, os macróbios, não somos meia dúzia." (5º parágrafo)

I – O verbo "Acontece" se encontra flexionado na terceira pessoa do singular, porque concorda com a oração iniciada por "que".

II – A expressão "os macróbios" ocupa a função de aposto explicativo.

III – A oração subordinada apresenta sujeito desinencial.

IV – A vírgula após "que" é obrigatória.

a) Todas as afirmações estão corretas.

b) Somente a afirmação II e IV estão corretas.

c) Somente as afirmações II e III estão corretas.

d) Somente as afirmações I e II estão corretas.

e) Somente a afirmação III está correta.

09. O pronome relativo "onde", no 2º parágrafo, pode ser substituído por:

a) cujas

b) aonde

c) nas quais

d) no qual

e) em que

10. Marque a alternativa em que a frase se encontra em linguagem denotativa.

a) "Nas últimas semanas, tenho sido torturado por computadores que ligam e desligam sozinhos, mouses travados, "reiniciações" lentas e outras deliciosas avarias." (1º parágrafo)

b) "Em jovem, sobrevivi aos zeros em matemática, física, estatística e outras ciências do diabo, e me concentrei apenas no que me interessava: português, história e línguas." (2º parágrafo)

c) "Desde então, passei a vida profissional a bordo de um único veículo – a palavra." (2º parágrafo)

d) "De repente, várias eras geológicas depois, em idade de não querer aprender mais nada, a tecnologia exige que eu me torne engenheiro eletrônico." (3º parágrafo)

e) "Para reinstalar a internet no computador, tenho de ligar um cabo enfiado na televisão." (4º parágrafo)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. As afirmações abaixo apresentam utilidades comuns de intranets, exceto:

a) Aumentar o tempo produtivo, utilizando o compartilhamento de documentos comuns (Ex: manuais de treinamento, modelos de documentos, formulários e políticas internas, etc);

b) Reduzir distâncias, tirando proveito de reuniões virtuais, acesso remoto, listas de discussão, colaboração de documentos e trabalhos em grupo;

c) Permitir a transferência de conhecimento pela reutilização de documentos eletrônicos e estratégicos armazenados que foram utilizados com sucesso;

d) Permitir o acesso rápido de gerentes e responsáveis pela tomada de decisão aos relatórios necessários no tempo oportuno;

e) Permitir o acesso a informações públicas de interesse da sociedade em geral com o intuito de aumentar a transparência.

12. Sobre internet, extranet e internet, assinale a alternativa incorreta:

a) A internet é um sistema global de redes de computadores interligadas que utilizam um conjunto próprio de protocolos com o propósito de servir progressivamente usuários do mundo inteiro.

b) A intranet é uma rede dentro de uma organização que usa tecnologias e protocolos da Internet, mas está disponível somente para determinadas pessoas, como os funcionários de uma empresa.

c) A extranet é uma parte da Intranet que fica disponível na Internet para interação com clientes e fornecedores de uma organização, mas com acesso autorizado, controlado e restrito.

d) Quando uma rede de computadores de uma determinada organização se comunica uma rede de outra organização, temos a representação de uma extranet.

e) A internet é composta basicamente de intranets e extranets espalhadas pelo mundo formando a rede mundial de computadores.

13. Analise as seguintes informações:

I. O Calc somente pode ser instalado em ambientes Linux;

II. O Calc é capaz de ler ou salvar arquivos em .odf, .xls e .csv.

III. O Calc permite a edição de apresentações interativas e gráficos elaborados.

Está(ão) correta(s):

a) I

b) I e II

c) II

d) I e III

c) II e III

14. A função do Calc responsável por retornar a data e hora atual do computador é:

a) DATAHORA()

b) HOJE()

c) TIME()

d) HORA()

e) AGORA

15. Caso a função =SOMASES(C2:C6;B2:B6;">=20";C2:C6;">70") seja aplicada a alguma célula vazia da planilha a seguir, o resultado esperado será:

	A	B	C
1	Nome do produto	Vendas	Renda
2	canudo	20	65
3	caneta	35	85
4	caderno	20	190
5	mochila	17	180
6	caneta tinteiro	nao	não

a) 255

b) 150

c) 265

d) 275

e) 245

16. Sobre o LibreOffice Writer, não se pode afirmar que:

a) O LibreOffice Writer permite que você crie documentos básicos, como memorandos, faxes, cartas, currículos e malas diretas, bem como documentos longos, complexos ou divididos em várias partes, acrescidos de bibliografia, tabelas de referência e índices.

b) O LibreOffice Writer oferece uma ampla variedade de opções para editar documentos como – por exemplo – criar, atribuir e modificar estilos para parágrafos, caracteres individuais, quadros e páginas.

c) O LibreOffice Writer oferece várias ferramentas de editoração eletrônica e de desenho para ajudá-lo a criar documentos com estilo profissional, tais como brochuras, boletins informativos e convites.

d) O LibreOffice Writer permite inserir figuras de diferentes formatos em seu documento de texto, incluindo figuras em formato JPG ou GIF. Além disso, a Galeria fornece uma coleção de cliparts e a Galeria do fontwork permite criar efeitos de fontes notáveis.

e) O LibreOffice Writer permite configurar a interface do programa de acordo com as suas preferências, incluindo a personalização de ícones e de menus, exceto alterar o posicionamento de janelas.

17. Assinale a opção que apresenta apenas componentes do LibreOffice:

a) Calc, Writer, Impress, Base;

b) Excel, Writer, Powerpoint, Base;

c) Calc, Writer, Impress, Access;

d) Excel, Word, Powerpoint, Base;

e) Calc, Word, Impress, Access;

18. Assinale a opção que não apresenta um sistema de arquivos oferecido nativamente pelo Sistema Operacional Linux:

a) NTFS

b) EXT2

c) EXT3

d) EXT4

e) REISERFS

19. O comando cp, no Sistema Operacional Linux, é utilizado para:

a) remover arquivos.

b) copiar arquivos.

c) mudar o diretório de trabalho.

d) exibir o conteúdo de diretórios.

e) mover (ou renomear) arquivos.

20. No Sistema Operacional Linux, o comando responsável por imprimir o nome do diretório local é:

a) df

b) ls

c) rm

d) pwd

e) cd

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Uma sentença logicamente equivalente à sentença "Se Guilherme Neves é torcedor do Náutico, então ele é pernambucano" é:

a) Se Guilherme Neves não é torcedor do Náutico, então ele não é pernambucano.

b) Guilherme Neves é torcedor do Náutico ou ele não é pernambucano.

c) Guilherme Neves é pernambucano ou ele não é torcedor do Náutico.

d) Se Guilherme Neves é pernambucano, então ele é torcedor do Náutico.

e) Guilherme Neves é torcedor do Náutico e ele não é pernambucano.

22. O professor Brunno Lima afirmou: "nenhum professor do Estratégia pesa mais de 100 kg". Sabe-se que a afirmativa de Brunno Lima é falsa. Assim, é correto concluir que:

a) Todos os professores do Estratégia pesam mais de 100 kg.

b) algum professor do Estratégia pesa menos de 100kg.

c) Todo professor do Estratégia pesa 100 kg ou menos.

d) Algum professor do Estratégia pesa exatamente 100 kg.

e) existe pelo menos um professor do Estratégia que pesa mais de 100 kg.

23. A negação da afirmação condicional "Se sigo a Trilha Estratégica, então passo no concurso" é equivalente à proposição:

a) Se não passo no concurso, então não sigo a Trilha Estratégica.

b) Se passei no concurso, então segui a Trilha Estratégica.

c) Se não sigo a Trilha Estratégica, então não passo no concurso.

d) Não sigo a Trilha Estratégica ou passo no concurso.

e) Sigo a Trilha Estratégica e não passo no concurso.

24. A negação da proposição "Tenho fome e não como" é equivalente à proposição:

a) Não tenho fome ou não como.

b) Tenho fome ou como.

c) Não tenho fome e como.

d) Se tenho fome, então como.

e) Se não como, então tenho fome.

25. Do ponto de vista da lógica, a negação da proposição "Ou descanso ou faço resumos, mas não ambos" é logicamente equivalente à proposição:

a) Não descanso se e somente se não faço resumos.

b) Se não descanso, então faço resumos.

c) Não descanso e não faço resumos.

d) Se não faço resumos, então descanso.

e) Descanso se e somente se não faço resumos.

26. Considere a afirmação: "Toda questão de Raciocínio Lógico é difícil". Podemos concluir que:

a) Toda questão difícil é de Raciocínio Lógico.

b) Alguma questão de Raciocínio Lógico não é difícil.

c) Matemática é mais fácil do que Raciocínio Lógico.

d) Toda questão que não é difícil não é de Raciocínio Lógico.

e) Algumas questões fáceis podem ser de Raciocínio Lógico.

27. Observe a tabela a seguir.

					C					
				O		**O**				
			R		**R**		**R**			
		U		**U**		**U**		**U**		
	J		**J**		**J**		**J**		**J**	
A		**A**		**A**		**A**		**A**		**A**

Começando pela letra C na primeira linha e caminhando consecutivamente sempre para a linha imediatamente abaixo em diagonal para a coluna imediatamente à esquerda ou para a coluna imediatamente à direita até chegar na última linha, forma-se sempre a palavra CORUJA.

A quantidade de caminhos possíveis é:

a) 10

b) 21

c) 32

d) 42

e) 64

28. Roberto coordena as 5 pessoas da equipe de gravação de aulas e deve designar, para cada dia, as pessoas para as seguintes funções:

- uma pessoa da equipe para ligar e testar todos os equipamentos;
- duas pessoas da equipe para controlar as câmeras no turno da manhã, deixando as outras duas para também controlarem as câmeras no turno da tarde.

O número de maneiras diferentes pelas quais Roberto poderá organizar essa escala de trabalho é:

a) 10

b) 15

c) 20

d) 30

e) 60

29. Considere, em ordem crescente, todos os números de 3 algarismos formados, apenas, pelos algarismos 1, 2, 3, 4 e 5. O número 342 ocupa a posição de número

a) 66.

b) 67.

c) 68.

d) 69.

e) 70.

30. Para uma premiação em uma festa de fim de ano do Estratégia, dois funcionários serão sorteados aleatoriamente entre quatro candidatos: dois coordenadores e dois professores. Sabendo que cada funcionário ocupa uma e apenas uma função no Estratégia, a probabilidade de os dois funcionários sorteados ocuparem a mesma função é

a) 1/2

b) 1/3

c) 1/4

d) 1/6

e) ¾

DIREITO CIVIL

31. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações), é formada por normas que incidem no campo da atuação dos agentes públicos. A respeito dessas normas, assinale a seguir a alternativa incorreta:

a) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

b) Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

c) As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

d) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

e) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa grave.

32. José tem 15 anos de idade e possui vultosa herança deixada por seu avô. João tem 17 anos de idade e não tem o necessário discernimento para a prática pessoal

dos atos da vida civil, em razão de deficiência mental. Jorge tem 12 anos de idade e não possui desenvolvimento mental completo. Josué tem 18 anos de idade e é viciado em drogas. De acordo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera(m)-se absolutamente incapaz(es) de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil:

a) José, somente.

b) José e Jorge.

c) João e Josué.

d) José, Jorge e João.

e) Josué e Jorge.

33. Acerca do domicílio, é correto afirmar:

a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece, ainda que temporariamente, a sua residência.

b) O domicílio do preso é o lugar onde foi julgada a ação penal.

c) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, deverá ser demandado no Distrito Federal.

d) O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão é o lugar onde está é exercida.

e) Nos contratos escritos, devem os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

34. Sobre o regime de bens previsto no Código Civil, é correto afirmar:

a) A pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária, constitui universalidade de direito.

b) Os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, ainda que sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, são considerados benfeitorias.

c) Os mares e praças são bens de uso especial.

d) Os bens dominicais, enquanto conservarem a sua qualificação, são inalienáveis.

e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

35. Assinale a alternativa correta no que se refere à prescrição:

a) Em regra, a interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros. b) Correrá prescrição pendendo ação de evicção.

c) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

d) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

e) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes do recebimento da denúncia.

36. Assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) Nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, a correção monetária sobre a indenização securitária incide a partir da contratação até o efetivo pagamento.

b) A embriaguez do segurado exime a seguradora do pagamento da indenização em contrato de seguro de vida.

c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões ou benfeitorias.

d) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.

e) É possível cumular a indenização do dano moral com a reparação econômica da Lei de Anistia Política.

37. Sobre o Direito das Coisas, é correto afirmar:

a) É ilícito ao possuidor direto defender sua posse em face do proprietário do bem.

b) É detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em seu nome.

c) O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção.

d) É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

e) A posse é intransmissível aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

38. Com relação à reparação civil, assinale a alternativa incorreta.

a) No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família.

b) No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, a indenização ao ofendido limitar-se-á às despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença.

c) Se dá ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

d) Nos casos de injúria, difamação ou calúnia, a indenização consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

e) No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

39. Cláudio e Marcelo, que convivem em união estável homoafetiva, sonhavam em ter um filho. Procuraram uma clínica de fertilização na companhia de Marcela, irmã de Marcelo, para um programa de inseminação artificial. Cláudio e Marcela submeteram-se ao ciclo de reprodução assistida, o qual gerou a concepção de um embrião, que deu origem, então, à Marcelina. Marcela, mãe de substituição, por meio de escritura pública, renunciou ao seu poder familiar em relação ao nascituro. Posteriormente, Cláudio e Marcelo ajuizaram a ação pedindo que ambos fossem declarados pais da criança recém-nascida. Requerem o reconhecimento do pai biológico e do pai socioafetivo, mantendo em branco os campos relativos aos dados da genitora. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

a) A mãe está renunciando ao poder familiar e o tio da criança, Marcelo, está pretendendo adotá-la, tratando-se de um pedido de adoção unilateral que está sendo feito sem a observância das normas legais.

b) A adoção atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consangüíneos, mesmo quanto aos impedimentos para o casamento.

c) A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

d) É possível a inclusão de dupla paternidade em assento de nascimento de criança concebida mediante as técnicas de reprodução assistida heteróloga e com gestação por substituição, não configurando violação ao instituto da adoção unilateral.

e) A reprodução assistida heteróloga não é capaz de atribuir a condição de filho à criança resultante de técnica conceptiva heteróloga.

40. No que se refere às relações de parentesco, assinale a alternativa incorreta:

a) O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

b) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.

c) Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

d) Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.

e) Basta a confissão materna para excluir a paternidade.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

41. São competências do Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná, exceto:

a) analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos;

b) deliberar sobre as questões que lhe forem submetidas pelo Delegado-Geral de Polícia Civil;

c) deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e post mortem e para proposição de comendas previstas em lei, conforme dispuser o regulamento;

d) exercer outras atribuições previstas em lei.

e) proceder ao julgamento, como instância recursal, dos processos disciplinares instaurados contra autoridades policiais civis

42. Dentre os requisitos apurados no período do Estágio Probatório, para efeito de confirmação no cargo, encontram-se:

a) disciplina;

b) eficiência e produtividade;

c) aprovação em curso de formação técnico - profissional específico ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil;

d) adequação moral;

e) dedicação às atividades policiais;

43. Remoção é a alteração horizontal da relação jurídica existente entre o Estado e o Policial, nesse sentido, assinale a alternativa incorreta, nos termos do Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

a) disciplinar

b) pedido escrito

c) por permuta

d) de ofício

e) remoção na mesma área de Inspetoria

44. São Carreiras Policiais da Polícia Civil do Paraná:

a) Policial Civil;

b) Comissário de Polícia;

c) Escrivão de Polícia;

d) Papiloscopista;

e) Delegado de Polícia;

45. Assinale a alternativa que não apresenta um requisito exigido para prover cargo policial previsto no Estatuto da PCPR:

a) haver cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;

b) gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;

c) ter boa conduta;

d) estar em pleno gozo dos direitos políticos;

e) possuir no mínimo, 1,60m de altura para os candidatos do sexo masculino e 1,55m de altura para candidatas do sexo feminino.

46. Assinale a alternativa correta:
São direitos e prerrogativas dos servidores policiais civis, entre outros:

I - exercício de função correspondente à classe a que pertence;

II - designação para missões compatíveis com a hierarquia;

III - assistência médico-hospitalar, dos dependentes declarados, desde que o grau de relacionamento seja até de terceiro grau.

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) As alternativas I e II estão corretas;

e) As alternativas I, II e III estão corretas;

47. Sobre a prescrição na esfera administrativa, regulamentada pelo Estatuto da Polícia Civil do Paraná, assinale a alternativa correta:

I - em cinco anos, quanto aos atos que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação, e disponibilidade, ressalvado o direito de requerer a revisão do processo disciplinar;

II – em dez anos, quanto aos atos que decorram demissão;

III - em cento e vinte dias, nos demais casos;

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) As alternativas I e III estão corretas;

e) As alternativas I, II e III estão corretas;

48. Não pode ser promovido, por merecimento, o servidor policial civil:

I - em exercício de mandato eletivo;

II - em licença para tratar de interesses particulares, ou

III - à disposição de órgãos não integrantes da estrutura orgânica da SESP.

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) As alternativas I e III estão corretas;

e) As alternativas I, II e III estão corretas;

49. É infração administrativa punível com suspensão de 10 a 30 dias:

a) deixar de ostentar, quando exigido para o serviço, ou exibir desnecessariamente arma, distintivo ou algema;

b) deixar de identificar-se quando solicitado ou quando as circunstâncias o exigirem;

c) deixar de exercer a autoridade compatível à sua classe, cargo ou função;

d) manter relações de amizade, exibir-se em público habitualmente, com pessoas de má reputação, salvo em razão do serviço.

e) praticar ato que importe em escândalo, comoção social ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta;

50. Pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor policial civil responde civil, penal e administrativamente. A indenização de prejuízos causados à Fazenda Pública será liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes a:

a) 15% (quinze por cento) do vencimento

b) 20% (vinte por cento) do vencimento

c) 10% (dez por cento) do vencimento

d) 30% (trinta por cento) do vencimento

e) 5% (cinco por cento) do vencimento

MEDICINA LEGAL

51. São tipos étnicos fundamentais:

I Caucasianos;

II mongólicos;

III indianos;

IV negroides;

V australoides.

a) Somente as alternativas I e II estão corretas;

b) Somente a alternativa I, II e III estão corretas;

c) Somente a alternativa I, II, III e IV estão corretas;

d) As alternativas I e III estão corretas;

e) Todas as alternativas estão corretas;

52. Quanto a identificação da idade do indivíduo, julgue as alternativas a seguir:

I é possível detectar a presença de pêlos pubianos em pessoas do sexo feminino por volta dos 12 a 13 anos e os axilares aos 15 a 16 anos. Nas pessoas do sexo masculino entre os 13 e 15 anos.

II presença do arco sênil (faixa acinzentada ao redor da íris) com incidência comum em pessoas acima de 80 (oitenta) anos, mas pode aparecer em poucos casos em pessoas na faixa dos 40 (quarenta anos).

III a radiografia do punho não pode ser utilizada para verificar a ossificação das cartilagens como critério de determinação da idade do indivíduo.

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) As alternativas I e II estão corretas;

e) As alternativas I, II e III estão corretas;

53. Quanto aos ferimentos provocados por projétil de arma de fogo, julgue as assertivas:

I projéteis de alta energia causam cavidades temporárias mais intensas do que projéteis de baixa energia;

II as lesões produzidas por projéteis de arma de fogo são do tipo perfuro contusas

III zona de tatuagem é resultante da fragmentação do projétil anteriormente ao encontro do anteparo

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) As alternativas I e III estão corretas;

e) As alternativas I e II estão corretas;

54. A Polícia Militar foi acionada para atender uma ocorrência versando sobre encontro de cadáver, chegando ao local a perícia foi acionada e constatou no local do delito que a vítima apresentava: perda da consciência, perda da sensibilidade e ausência do tônus muscular. Esses sinais são característicos:

a) Fenômenos abióticos imediatos

b) Afogamento

c) Morte agônica

d) Trauma exógeno

e) Asfixia

55. O rigor mortis, fenômeno abiótico consecutivo, quanto à sua instauração, obedece à lei de:

a) Langer

b) Nysten

c) Tanatológica de Munchen

d) Instauração gravitacional

e) Fixação temporal

56. A autólise, que, segundo o professor França, se caracteriza por uma série de fenômenos fermentativos anaeróbicos (sem a presença de oxigênio, pois) que se verificam na intimidade da célula, faz parte dos fenômenos:

a) Abióticos Imediatos

b) Transformativos Preservativos

c) Mutacionais

d) Alterativos

e) Transformativos Destrutivos

57. São sinais externos de morte provocada por asfixia mecânica:

I cianose da face

II cogumelo de espuma

III projeção da língua

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) As alternativas I e II estão corretas;

e) As alternativas I, II e III estão corretas;

58. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com o estudo da toxicologia forense, ao se examinar o cadáver envenenado por monóxido de carbono poderemos notar:

a) Sangue com coloração clara;

b) Manchas hipostáticas rosa-clara;

c) Lesões características de anoxia;

d) Face hipocrática

d) Pulmões com postas de sangue.

59. Sobre o tema transtornos sexuais assinale a alternativa incorreta:

a) AUTOEROTISMO é o transtorno no qual o gozo sexual prescinde da presença do sexo oposto.

b) EXIBICIONISMO, os portadores deste transtorno da preferência sexual são levados pela obsessão impulsiva de mostrar seus órgãos genitais, sem convite para a cópula, apenas por um estranho prazer incontrolável.

c) AUTAGONISTOFILIA, é o estímulo de ser visto por outras pessoas durante o ato sexual

d) PLURALISMO, também chamado de troilismo. Manifesta-se pela prática sexual em que participam três ou mais pessoas.

e) DOLISMO: diz respeito à fixação por relacionamento sexual em ambientes abertos.

60. Assinale a alternativa correta:

I degola é a lesão incisa produzida na região posterior do pescoço

II decapitação é a secção total do pescoço

III espostejamento é a separação do corpo humano em diversas partes.

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) As alternativas I e II estão corretas;

e) As alternativas I, II e III estão corretas;

DIREITO ADMINISTRATIVO

61. Quanto ao tema Administração Pública no plano constitucional, assinale a alternativa incorreta.

a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. Ademais, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

c) A proibição de acumular cargos públicos se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

d) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

e) Ressalvados os casos especificados na constituição, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

62. Acerca do tema Empresas Estatais, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Os órgãos de controle externo e interno das 3 (três) esferas de governo fiscalizarão as empresas públicas e as sociedades de economia mista a elas relacionadas, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

II - Para a realização da atividade fiscalizatória, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessários à realização dos trabalhos, inclusive aqueles classificados como sigilosos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011.

III - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.303, de 2016, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias.

IV - As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão disponibilizar para conhecimento público, por meio eletrônico, informação completa mensalmente atualizada sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento, admitindo-se retardo de até 3 (três) meses na divulgação das informações.

a) V, V, F, F

b) V, F, V, F

c) F, F, V, V

d) F, V, F, V

e) V, F, F, V

63. Tendo por parâmetro a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 2013), assinale a alternativa correta.

a) A Lei Anticorrupção dispõe sobre a responsabilização objetiva civil e penal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

b) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício, desde que exclusivo.

c) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

d) A pessoa jurídica será responsabilizada, desde que haja a responsabilização individual de pelo menos uma pessoa natural responsável por sua Administração ou Gestão.

e) Não poderá ser aplicada sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica.

64. De acordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca dos Conselhos Profissionais, assinale a alternativa incorreta.

a) Os conselhos de fiscalização profissionais possuem natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito público.

b) Com a suspensão da redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/1998 ao caput do art. 39 da Constituição Federal de 1988, no julgamento da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.135/DF, o regime jurídico dos conselhos profissionais deve ser, obrigatoriamente, o estatutário.

c) Os conselhos profissionais têm poder de polícia para fiscalizar as profissões regulamentadas, inclusive no que concerne à cobrança de anuidades e à aplicação de sanções.

d) A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, embora possua natureza jurídica especialíssima, submete-se ao disposto no art. 8º da Lei n. 12.514/2011, que determina que os conselhos de classe somente executarão dívida de anuidade quando o total do valor inscrito atingir o montante mínimo correspondente a 5 (cinco) anuidades.

e) A partir da vigência da Lei n. 12.514/2011, o fato gerador para a cobrança de anuidades de órgão de fiscalização profissional é o registro no conselho e não mais o efetivo exercício da profissão.

65. De acordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa incorreta.

a) É objetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.

b) A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas também é objetiva, dispensando a comprovação de eventual negligência na atuação estatal.

c) A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.

d) Há responsabilidade civil do Estado nas hipóteses em que a omissão de seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou o agravamento de danos ambientais.

e) O prazo prescricional das ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública é quinquenal (Decreto n. 20.910/1932), tendo como termo a quo a data do ato ou fato do qual originou a lesão ao patrimônio material ou imaterial.

66. Analise as assertivas a seguir com base nas Teses de repercussão Geral do STF e assinale a alternativa correta.

I - De acordo com a Tese de Repercussão Geral 897 do STF, são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

II - De acordo com a Tese de Repercussão Geral 1057 do STF, os guardas civis possuem direito constitucional à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco prevista no artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição Federal.

III - De acordo com a Tese de Repercussão Geral 1010 do STF:

1) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;

2) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;

3) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e

4) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

IV - De acordo com a Tese de Repercussão Geral 1009 do STF, no caso de declaração de nulidade de exame psicotécnico previsto em lei e em edital, é indispensável a realização de nova avaliação, com critérios objetivos, para prosseguimento no certame.

a) F, V, F, V

b) V, V, F, F

c) F, F, V, V

d) V, V, V, V

e) F, F, F, F

67. De acordo exclusivamente com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992), assinale a alternativa incorreta.

a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

b) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

c) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de danos ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

d) As ações de improbidade administrativa podem ser propostas, entre outras previsões legais, até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

e) Na hipótese de ato de improbidade administrativa por qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, as sanções serão a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

68. No que tange ao Controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete sustar, se não atendido, a execução do contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

b) No caso de ato administrativo, a sustação será adotada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

c) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa devem ser encaminhadas à Procuradoria do Tribunal para ajuizar ação ordinária, de modo que passem a ter eficácia de título executivo.

d) O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

e) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por até 5 (cinco) Conselheiros.

69. Quanto à participação, à proteção e à defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da

administração pública, disciplinada pela Lei nº 13.460, de 2017, assinale a alternativa incorreta.

a) A aplicação da Lei nº 13.460, de 2017, afasta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, disciplinado pela Lei nº 8.078, de 1990.

b) De forma subsidiária, aplica-se a Lei nº 13.460, de 2017, aos serviços públicos prestados por particular.

c) Serviço Público é a atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública.

d) Com periodicidade mínima anual, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.

e) A avaliação continuada dos serviços públicos será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

70. Acerca do tema Segurança Pública e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

a) A atividade policial é carreira de Estado imprescindível à manutenção da normalidade democrática, sendo impossível sua complementação ou substituição pela atividade privada.

b) Há Impossibilidade do exercício do direito de greve pelas carreiras policiais, exceto se presentes os requisitos previstos em lei.

c) Prevalência do interesse público e social na manutenção da segurança interna, da ordem pública e da paz social sobre o interesse individual de determinada categoria de servidores públicos.

d) É obrigatória a participação do poder público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria.

d) A carreira policial é o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e paz social.

DIREITO CONSTITUCIONAL

71. Suponha que o Presidente da República, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para restabelecer a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional no local Z. Nesse caso, é certo assinalar que.

a) o Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de vinte dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

b) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada em até 24h ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

c) o decreto poderá restringir tanto o sigilo de comunicação telegráfica como telefônica.

d) o decreto que instituir o estado de defesa poderá se dar por prazo indeterminado em casos de grave violação da ordem pública.

e) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

72. Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal de 1988 sobre a repartição de competências entre os entes federativos e a respeito do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

a) é constitucional lei municipal que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária no âmbito do território do Município, tendo em vista que a Constituição Federal deve assegurar a pluralidade de ideias e valores pelos entes federados.

b) compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

c) a competência legislativa concorrente em sede de produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor (artigo 24, V e VIII, da Constituição Federal) autoriza os Estados-membros e o Distrito Federal a disporem sobre direitos autorais.

d) a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa concorrente entre União, Estados-membros e Distrito Federal.

e) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento, custas dos serviços forenses, previdência social, proteção e defesa da saúde.

73. Quanto ao foro por prerrogativa de função, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), é possível afirmar que:

a) o processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da possível influência entre os julgamentos das diferentes instâncias

b) pode ser previsto, pela Constituição Estadual, em favor dos Delegados de Polícia, em respeito à autonomia dos estados-membros e ao princípio federativo.

c) o membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de Secretário de Estado perde os laços que o unem, organicamente, ao Parlamento (CF, art. 56, I). Consequentemente, não continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal em matéria penal.

d) teve seu rol de beneficiários reduzido recentemente pelo STF, a exemplo do que já acontece em outros países, como Colômbia, Argentina e Portugal.

e) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a simples menção ao nome de autoridades detentoras de prerrogativa de foro, seja em depoimentos prestados por testemunhas ou investigados, seja na captação de diálogos travados em interceptação telefônica judicialmente autorizada, são insuficientes para o deslocamento da competência para o juízo hierarquicamente superior.

74. O Delegado de Polícia, segundo a Constituição (CRFB) e o Supremo Tribunal Federal (STF):

a) exerce função com status de carreira jurídica e possui independência funcional, que lhe confere a capacidade ativa para a tutela da sociedade e de interesses.

b) ainda que figure na primeira classe da carreira, pode chefiar a Polícia Civil do Estado, se escolhido pelo governador.

c) Pode ter as mesmas prerrogativas de foro jurisdicional eventualmente vigentes em favor dos Secretários, desde que contempladas na Constituição Estadual, em virtude do princípio constitucional da simetria.

d) pode interromper manifestações voltadas à descriminalização das drogas, como a chamada "marcha da maconha", pois esse tipo de evento extrapola os direitos à livre manifestação do pensamento e de reunião, além de configurar apologia ao crime.

e) ressalvada a competência da União, possui as funções de investigação relativas à polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

75. Sobre os direitos fundamentais garantidos na Constituição (CRFB), segundo o Supremo Tribunal Federal (STF),

a) a adoção de requisitos de capacidade física para o acesso a cargos públicos deve observar critérios idôneos e proporcionais de seleção, que guardem correlação com as atividades a serem desempenhadas pelo servidor. Nesse contexto, os limites de estatura estabelecidos pela norma impugnada, que reproduzem a mesma exigência imposta aos militares das Forças Armadas (1,60m para homens e 1,55m para mulheres), mostram-se desarrazoados

b) é inconstitucional lei federal que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública e que visa proteger o direito à vida, por ofensa à autonomia estadual para legislar e pelo fato de que a delimitação de situações em que não se autoriza o uso de arma de fogo por profissionais de segurança pública afronta os arts. 2º, 5º, caput e LIV, e 144, caput, da Constituição Federal.

c) A liberdade religiosa não é exercível apenas em privado, mas também no espaço público, e inclui o direito de tentar convencer os outros, por meio do ensinamento, a mudar de religião. No entanto, não viola a Constituição Federal a proibição de veiculação de discurso proselitista em serviço de radiodifusão comunitária, um vez que o Estado detém a prerrogativa de outorgar e renovar concessão, permissão e

autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

d) a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.

e) as práticas homotransfóbicas não podem ser enquadradas como espécies do gênero racismo, por violação ao princípio da reserva legal, ainda que tais condutas importem em atos de segregação que inferiorizem membros integrantes do grupo LGBT.

76. Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção incorreta

a) lei federal que condiciona a criação de associações à prévia autorização da Administração pública, editada anteriormente à Constituição Federal, é com ela incompatível, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

b) A técnica da interpretação conforme pode ser utilizada tanto no controle de constitucionalidade difuso quanto no abstrato.

c) não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

d) Cabe ADPF sobre ato de efeitos concretos como decisões judiciais.

e) Os estados-membros não têm competência para editar normas que exijam autorização da Assembleia Legislativa para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) instaure ação penal contra Governador de Estado.

77. No tocante ao Poder Legislativo, a Constituição Federal estabeleceu que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Nesse sentido, portanto, no que diz respeito às CPIs, assinale a alternativa correta.

a) Com base no seu poder geral de cautela, as CPIs podem decretar a indisponibilidade de bens do indiciado.

b) As CPIs têm poderes para impor medida judicial determinando a proibição do indiciado deixar o território nacional.

c) É garantido ao indiciado o direito de contar com a presença de seu advogado durante seu interrogatório na CPI, mas o causídico não pode intervir no curso do depoimento.

d) As CPIs possuem permissão legal para encaminhar relatório circunstanciado não só ao Ministério Público e à AGU, mas, também, a outros órgãos públicos, podendo veicular, inclusive, documentação que possibilite a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados.

e) a extinção da CPI não prejudica o conhecimento do habeas corpus impetrado contra as eventuais ilegalidades de seu relatório final, na medida em que a Constituição assegura o princípio da presunção de inocência.

78. Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção incorreta

a) Havendo declaração de inconstitucionalidade de preceito normativo estadual pelo Tribunal de Justiça com base em norma constitucional estadual que constitua reprodução (obrigatória ou não) de dispositivo da Constituição Federal, subsiste a jurisdição do STF para o controle abstrato tendo por parâmetro de confronto o dispositivo da Constituição Federal reproduzido.

b) A causa de pedir aberta das ações do controle concentrado de constitucionalidade torna desnecessário o ajuizamento de nova ação direta para a impugnação de norma cuja constitucionalidade já é discutida em ação direta em trâmite perante o STF, proposta pela mesma parte processual.

c) A decisão do STF declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente, sendo indispensável a interposição do recurso

próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória.

d) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais em razão do foro por prerrogativa de função não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.

e) O efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade revigora a vigência de normas pré-constitucionais, havendo óbice ao conhecimento de ação direta que se limita a impugnar parte de cadeia normativa editada após a CF/1988.

79. Com relação às atribuições e às responsabilidades do presidente da República e ao processo legislativo, assinale a opção correta

a) Não viola a cláusula de reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo a concessão de gratificação a policiais militares integrantes de assessoria militar junto ao Tribunal de Contas estadual, em virtude da autonomia das Cortes de contas.

b) No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do presidente da República, este é considerado autoridade coatora, ainda que o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior ao procedimento.

c) É constitucional o dispositivo de Constituição Estadual que estabelece o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino.

d) O Estado-membro dispõe de competência para outorgar ao governador a prerrogativa extraordinária da imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária, em razão do princípio da simetria.

e) Medida provisória revoga lei anterior e não apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico. Assim, aprovação da medida provisória pela Câmara e pelo Senado apenas convalida o efeito anterior de revogar lei antecedente.

80. Conforme o entendimento do STF e a legislação pertinente, a função constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça inclui

a) a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, exceto os do STF.

b) o controle interno da atuação administrativa, financeira e disciplinar do Poder Judiciário.

c) o controle de legalidade de atos normativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, o que não implica a possibilidade de afastar, por inconstitucionalidade, a aplicação de lei.

d) o recebimento e conhecimento de reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, assim como o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, incluídos os do STF.

e) a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, incluído os do STF.

DIREITO PENAL

81. João anunciou um assalto a um ônibus cheio de passageiros, exigindo que todos entregassem seus objetos pessoais, utilizando-se de um simulacro de arma de fogo. Ele praticou:

a) Um crime único de roubo simples.

b) Crimes de roubos simples em concurso material.

c) Crimes de roubos simples em concurso formal.

d) Um único crime de roubo majorado.

e) Crimes de roubos majorados em continuidade delitiva.

82. Assinale a alternativa que apresenta a correlação adequada entre o princípio e sua definição:

a) Princípio da intranscendência da pena: consiste na vedação a que o legislador adote sanções penais violadoras da dignidade da pessoa humana, atingindo de forma desnecessária a incolumidade físico-psíquica do agente.

b) Princípio da adequação social: não haver responsabilidade penal sem dolo ou culpa, ou seja, veda-se a responsabilidade penal objetiva.

c) Princípio da coculpabilidade: não pode haver crime sem que haja conteúdo ofensivo a bens jurídicos. A repressão penal somente se justifica se houver lesão ou ameaça de lesão a um bem jurídico.

d) Princípio da individualização da pena: funda-se na legítima expectativa de que os demais indivíduos da sociedade agirão em conformidade com as regras sociais.

e) Princípio da intervenção mínima: o Direito Penal só deve ser invocado, com a criação de um tipo penal, para tutela dos bens mais relevantes para a sociedade e apenas se os demais ramos do Direito não forem suficientes para coibir a conduta indesejada.

83. Túlio, versado em programação, engana as barreiras digitais e consegue acessar o sistema bancário do Banco Cofre Forte. Deste modo, consegue sacar R$ 1.500,00 da conta de Ferdinando.

Túlio praticou o crime de:

a) Furto privilegiado.

b) Estelionato.

c) Extorsão.

d) Furto qualificado.

e) Invasão de dispositivo informático.

84. Fernando, em atividade conhecida como de trombadinha, jogou seu corpo contra Patrícia, que passava pela calçada e, com isso, conseguiu puxar a carteira da vítima do seu bolso. A carteira possuía R$250,00 e Fernando é primário, portador de bons antecedentes.

Segundo o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores:

a) Fernando praticou furto qualificado.

b) Fernando praticou furto simples.

c) Fernando se comportou de forma atípica, em decorrência da incidência do princípio da insignificância.

d) Fernando praticou o crime de roubo.

e) Fernando praticou o crime de extorsão.

85. Acerca das causas de exclusão da ilicitude, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

b) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

c) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

d) O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

e) Não há crime quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento de dever legal.

86. Assinale a alternativa que não representa um entendimento consolidado do STJ:

a) A sentença condenatória interrompe a prescrição quando da entrega dos autos ao escrivão.

b) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

c) O prazo prescricional da pretensão executória começa a correr com o trânsito em julgado para a acusação.

d) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

e) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

87. Assinale a alternativa que indique uma correlação adequada entre uma teoria da ação e um pensamento defendido por ela:

a) Teoria causalista: a culpabilidade é normativa, podendo ter como elemento o dolo ou a culpa.

b) Teoria neokantista: o dolo é colorido, já que a consciência da ilicitude é atual para referida concepção, integrando o fato típico.

c) Teoria finalista: o dolo é natural, ou, em outros termos, dolus bonus.

d) Teoria clássica: a culpabilidade é normativa, já que dolo e culpa fazem parte da conduta, ou seja, do fato típico.

e) Teoria social da ação: o crime deve ter uma concepção sociológica, admitindo analogia na definição da norma penal incriminadora.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

88. A possibilidade de o funcionário público, acusado do crime de tráfico de entorpecente, ser afastado de suas atividades antes de eventual condenação, é prevista na Lei n.º 11.343/06 como

a) interdição temporária de direito.

b) suspensão temporária de direito.

c) pena restritiva de direitos.

d) pena acessória.

e) medida cautelar.

89. Acerca dos crimes previstos em leis penais especiais, assinale a opção INCORRETA

a) Nos termos da Lei nº 12.850/13, o delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

b) O crime de tortura não admite a modalidade preterdolosa se resultar na morte do torturado, devendo o agente ser submetido a julgamento pelo rito especial do júri.

c) A violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/06, não se restringe ao tipo penal previsto no §9º, do art.129 do Código Penal.

d) A Lei nº 9.296/96 que trata das interceptações de comunicações telefônicas não se restringe à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática no curso da investigação criminal e em instrução processual penal.

e) A lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso – amplia o conceito de infração de menor potencial ofensivo ao permitir a aplicação do procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 aos crimes nela previstos cuja pena privativa de liberdade máxima não ultrapasse quatro anos.

90. Deputados estaduais agendaram reunião para debater providências que poderiam adotar em conjunto com o objetivo de esclarecer às mulheres sobre os direitos advindos a partir da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Para que não houvesse equívocos, realizaram consultas sobre as previsões do diploma legal em questão e do Código de Processo Penal.

Diante disso, deverá ser esclarecido que:

a) diante de crime de ameaça praticado por agente tecnicamente primário, cuja pena é inferior a 4 anos, não poderá ser decretada a prisão preventiva do agente mesmo se houver descumprimento de medida protetiva anteriormente aplicada.

b) uma vez comparecendo em sede policial para noticiar crime de ameaça, delito esse de ação penal pública condicionada à representação, não mais poderá a vítima se retratar, ainda que em audiência especial antes do recebimento da denúncia, na presença do juiz e ouvido o Ministério Público.

c) a lei será aplicada sempre que o crime for praticado em desfavor de pessoas do sexo feminino como forma de preconceito, ainda que não exista relação íntima de afeto com o autor do fato.

d) não será admitida aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099 (Lei dos Juizados Especiais), ainda que a pena máxima do delito seja inferior a 02 anos, mas poderá haver substituição da pena privativa de liberdade unicamente por prestação pecuniária.

e) descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência é crime autônomo, permite a prisão em flagrante, porém, a medida cautelar real da fiança somente poderá ser concedida nesse caso pela autoridade judicial.

91. Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.

a) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

b) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o racismo.

c) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e o tráfico de pessoas.

d) A prática da tortura, a posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.

e) A prática da tortura, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

92. Com base na lei de identificação criminal - Lei nº.12.037/2009, assinale a alternativa CORRETA:

a) Tratando–se de crimes hediondos será possível mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) A identificação civil não será atestada pela carteira de trabalho.

c) A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá somente em casos de absolvição ou arquivamento das investigações.

d) Mesmo apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.

e) Os traços somáticos ou comportamentais das pessoas poderão constar no perfil genético conforme a lei.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

93. A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta:

a) Nos crimes de ação penal privada, a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

b) O ofendido ou seu representante legal ou, na falta de um deles, o cônjuge, os ascendentes, os descendentes ou irmãos, poderão intervir como assistentes do MP em ações penais públicas condicionadas ou incondicionadas.

c) Nos termos da legislação processual penal, a representação será irretratável depois de recebida a denúncia.

d) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal por não haver previsão na lei processual que autorize o exercício da referida ação por pessoa jurídica.

e) Na ação penal subsidiária da pública, quando o querelado deixar de comparecer aos atos do processo, ocorrerá a perempção.

94. A respeito da "teoria geral dos recursos", assinale a alternativa correta:

a) Não viola o princípio que veda a *reformatio in pejus* a correção pelo tribunal, *ex officio*, de erro material na dosimetria de pena constatada por ocasião de recurso exclusivo da defesa, sendo perfeitamente possível a elevação do *quantum* da reprimenda.

b) Pelo princípio da "fungibilidade recursal", a interposição da espécie de recurso incorreta ao caso não prejudicará a parte, independentemente da verificação de má-fé.

c) O Ministério Público poderá desistir de recurso por ele interposto.

d) De acordo com o CPP, não há exceção à voluntariedade no exercício do direito de recurso.

e) No concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais.

95. Da decisão que denegar ou julgar deserta apelação caberá interposição de:

a) Apelação, no prazo de 5 dias.

b) Apelação, no prazo de 10 dias.

c) Recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.

d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

e) Carta testemunhável, no prazo de 48 horas.

96. A respeito da fiança no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Será cassada a fiança que se reconheça não ser cabível na espécie ou quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito.

b) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

c) O quebramento da fiança importa na perda de todo o valor recolhido a esse título.

d) Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento.

e) Admite-se a concessão e prestação da fiança até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

97. Assinale a alternativa que represente entendimento sumulado do STF acerca das nulidades no processo penal:

a) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

b) É relativa à nulidade decorrente da falta de quesito obrigatório no julgamento pelo Júri.

c) A nomeação de defensor dativo supre a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

d) É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

e) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

98. Assinale a alternativa correta em relação às medidas assecuratórias e suas disposições no Código de Processo Penal:

a) Não se admite a decretação ex officio de sequestro de bens do acusado.

b) A hipoteca legal sobre os imóveis do acusado só poderá ser requerida pelo ofendido até o término da instrução processual.

c) A dificuldade de manutenção dos bens sujeitos a medidas assecuratórias não justifica a sua alienação antecipada durante o processo.

d) Admitem-se embargos pelo acusado contra sequestro determinado em desfavor de seus bens, mas não por terceiros, ainda que de boa-fé.

e) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

99. No que se refere às provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

a) Vigora no Brasil o sistema da íntima convicção do juiz, que poderá livremente formar a sua convicção, independentemente de fundamentação.

b) Em observância à "teoria dos frutos da árvore envenenada" adotada pelo CPP, todas as provas que derivarem de provas ilícitas também padecerão de ilicitude e deverão ser desentranhadas do processo.

c) O juiz, de acordo com a lei, só poderá determinar a produção antecipada de provas urgentes e relevantes após iniciada a ação penal.

d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

e) Nos crimes que deixarem vestígios, a confissão do acusado suprirá a ausência de exame de corpo de delito direto ou indireto.

100. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às disposições legais acerca da ação penal:

a) Verificando que a denúncia não preencheu seus requisitos formais estabelecidos no art. 41 do Código de Processo Penal, segundo a lei, o juiz deverá determinar a sua emenda.

b) Nos termos da lei processual penal, ainda que o promotor de justiça tenha se manifestado pela absolvição nas alegações finais, o juiz poderá proferir sentença condenatória.

c) Embora não possa ocorrer mutatio libelli no julgamento de recurso de apelação, pode ser promovida emendatio libelli.

d) A ação penal, nas contravenções, segundo entendimento majoritário da doutrina e da jurisprudência, não poderá ser iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

e) A representação do ofendido e a requisição do Ministro da justiça são condições de procedibilidade eventualmente exigidas para o exercício da ação penal de iniciativa pública.

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-PC-PR-20-10

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!